

Perspectiva Racial no Judiciário

O curso "**Perspectiva Racial no Judiciário**" surge com o objetivo de promover um Judiciário mais justo e equitativo, que reconheça e combata as diversas formas de racismo presentes na sociedade brasileira. A iniciativa alinha-se com as recentes diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visam promover a **igualdade racial e combater a discriminação no Poder Judiciário**.

A relevância deste curso fundamenta-se nas seguintes resoluções e diretrizes do CNJ: Resolução CNJ nº 203/2019 que estabelece diretrizes para a promoção da igualdade racial no Poder Judiciário, determinando ações afirmativas e o combate ao racismo institucional, Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial que visa orientar magistrados a considerarem os impactos do racismo e das interseccionalidades em suas decisões, promovendo a equidade racial na aplicação da lei, Pacto Nacional do Judiciário pelas Equidades que tem como um de seus eixos a **desarticulação do racismo institucional**, por meio de ações de formação inicial e continuada de magistrados e servidores em questões raciais, entre outras resoluções e diretrizes que abordam a temática.

MODALIDADE

EAD-Autoaprendizagem¹

CARGA HORÁRIA

20 horas

DISPONIBILIDADE²

60 dias para concluir

PÚBLICO-ALVO

Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e residentes jurídicos.

INSTRUTORA

Dra. Flávia Marciano Monteiro

AVALIAÇÃO

Atividade avaliativa sobre os conteúdos do curso, disponibilizada no ambiente virtual e com duas chances de alcançar a média.

CERTIFICADO

Para emitir, conclua o curso com média final mínima de 7,0 e acesse todas as videoaulas e demais atividades.

OBJETIVO

Compreender as principais questões inerentes à perspectiva racial, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo de forma a qualificar a prestação jurisdicional.

CONTEÚDO

Colonialismo e escravidão no Brasil; Movimento Abolicionista; Branquitude e a Política de Branqueamento; Legislação Antirracista; Principais Conceitos do Letramento Racial; Movimentos negros, políticas afirmativas e comissões de heteroidentificação; Protocolo de julgamento na Perspectiva Racial – Diretrizes e Práticas.

¹ A modalidade EAD-Autoaprendizagem não tem tutoria e tira-dúvidas de conteúdo.

² Prazo que o curso ficará disponível para conclusão a partir da inscrição, não é prorrogável.



E faça
também
parte
da

COMUNIDADE

